

Governo do DF pagou mais caro por remédio

Juliana Cézar Nunes e
Luiz Alberto Weber
Da equipe do **Correio**

Os moradores do Distrito Federal enfrentam um sério obstáculo para cuidar da saúde: a falta de remédios. Em novembro de 2001, a principal farmácia da rede pública não contava com 122 medicamentos. Esse número pulou para 265 em junho. Como 60% dos R\$ 1,2 bilhão investidos em saúde vem do governo federal, a Controladoria-Geral da União pediu auditoria no setor. Os resultados estão em quatro relatórios escritos entre maio e setembro. Apenas um não aponta irregularidades — especificamente no Programa de Atendimento aos Diabéticos.

Os outros três documentos trazem exemplos claros de má aplicação do dinheiro público no DF. No mais importante deles, os auditores chegaram à conclusão de que a Secretaria de Saúde adquire medicamentos com preço até 374,6% superior ao recomendado pelo Ministério da Saúde e gasto por secretarias de outros estados (*leia quadro*). A diferença foi apontada por um relatório do Conselho Regional de Farmácia, divulgado pelo **Correio** em julho deste ano.

Com base nos novos documentos, o Ministério Público Federal e o Ministério Público do DF elaboraram uma ação de improbidade administrativa contra a Secretaria. Essa ação deve ser apresentada hoje à Justiça pelo procurador Luiz Francisco Souza e o promotor Jairo Bisol. "Agora sabemos porque o dinheiro acaba rápido e não supre as necessidades da população", acredita Bisol.

Entre os produtos substituídos por outro com a mesma eficácia — porém, bem mais caro — está a Eritropoetina Humana 4.000 UI, usada no tratamento de câncer. A Secretaria compra a droga com a seringa do distribuidor Arcanjo, o único que vende o produto com tal especificidade. No dia 16 de março de 2001, a Arcanjo entregou ao governo do DF o remédio por R\$ 85,29 a unidade. Quatro dias depois, a Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro comprou o mesmo produto, sem seringa, do laboratório Biossintética, por R\$ 19,95 (328% mais barato do que o pago pelo DF). Uma seringa custa R\$ 0,20.

DEVOLUÇÃO DE DINHEIRO

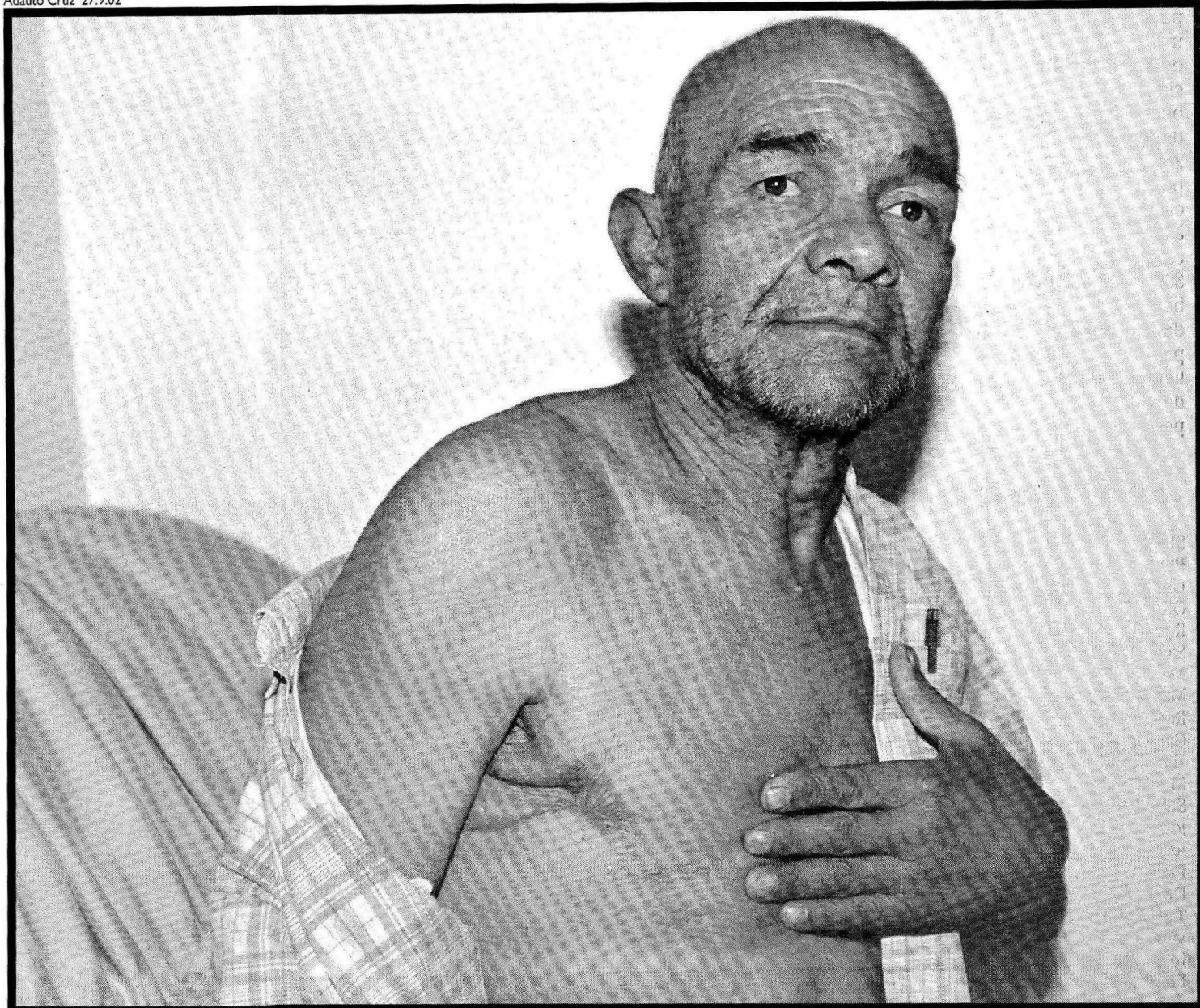
Sobre os relatórios e a ação de improbidade administrativa, o secretário de Saúde, Aluisio Toscano, diz que só comenta o assunto depois que for notificado oficialmente. Ele também preferiu não rebater outro relatório que aconselha o Ministério da Saúde a pedir de volta R\$ 62 milhões repassados ao DF por meio de um convênio com o Instituto Nacional do Câncer (Inca). Esse dinheiro representa apenas 15% do montante — cerca de R\$ 1,1 milhão — liberado em novembro de 1999 para a aplicação do Programa de Controle do Câncer no DF e não utilizado.

Parte dos 15% aplicados — R\$ 6,8 mil — foi para a compra de mil resmas de papel. A outra parte, a Secretaria investiu na aquisição de um mamógrafo. No entanto, de acordo com o relatório da Controladoria-Geral da União, o aparelho não foi entregue a nenhum hospital da rede. Atualmente, apenas os hospitais de Base, da Asa Norte, da Asa Sul e Gama possuem a máquina, fundamental para a detecção do câncer de mama. O convênio com o Inca determinava renovação dos aparelhos e implementação do serviço em Taguatinga e Ceilândia.

Enquanto os mamógrafos não chegam, pacientes como Luiz Moura Rolim, de 60 anos, são obrigados a esperar meses pelo exame. Em 1998, o morador da Ceilândia descobriu que tinha câncer na mama, doença rara em homens. Por causa dela, foi obrigado a abandonar os motores e peças de carro, suas ferramentas de trabalho. Foram quase dois meses de espera até a confirmação do tumor. Um dos exames que ele precisava era justamente a mamografia.

Hoje, Luiz tem dois nódulos no fígado e um no pulmão. Conseguiu controlar e até diminuir a doença. No entanto, o sucesso do tratamento corre riscos. Há quatro meses o aposentado não toma um medicamento chamado *Xenoda*, essencial para conter o avanço da doença. O remédio — que custa R\$ 1,6 mil o frasco — está em falta na rede pública. As sessões de quimioterapia no Hospital de Base e um exame de próstata foram suspensos pelo mesmo motivo.

Adauto Cruz 27.9.02



ROLIM PRECISOU FAZER UMA MAMOGRAFIA, MAS A MÁQUINA NÃO FOI COMPRADA PELO GOVERNO DO DF, APESAR DE O DINHEIRO TER SIDO REPASSADO